

A Guerra dos Seis Dias – 40 Anos Depois

Origens e Conseqüências

Abstract:

Forty years after the end of the Middle East War that became known as the Six Day War, the region is still involved in conflict and uncertainty. In spite of the optimism generated by the Oslo Agreements between Israel and the Palestinians, the peace treaties between Israel, Egypt and Jordan and the end of the civil war in Lebanon, the region is still best presented as a “powder keg”. Over the last forty years Iran is on the verge of developing nuclear weapons, became an exporter of Shiite terror and managed to establish a powerful ally in the south of Lebanon; the United States brought down the murderous regime of Saddam Hussein, only to see a Shiite government democratically replace it, and Israel is now surrounded by two Palestinian entities, an Islamic one led by Hamas in the Gaza Strip and a secular led by a weak Palestinian Authority in the West Bank.

O ano de 2007 marca alguns dos mais importantes eventos ocorridos no Oriente Médio no século passado.

Há noventa anos o império britânico emitia a Declaração Balfour, documento que nos trinta anos seguintes assombraria seguidos governos ingleses, exigindo o cumprimento do que foi entendido pela liderança sionista como a promessa de criação de um estado judeu independente na Palestina.

Há sessenta anos a assembléia das Nações Unidas votou a partilha da Palestina que, no ano seguinte, permitiria o surgimento do estado de Israel como nação independente em parte do território mandatário.

E talvez o acontecimento de conseqüências mais evidentes nos dias de hoje seja a guerra travada em junho de 1967 entre Israel e três de seus vizinhos, o Egito, a Jordânia e a Síria. O evento foi celebrado por uns e pranteado por outros e esta divisão deixou do mesmo lado árabes e judeus, israelenses e palestinos.

Alguns comemoraram a unificação de Jerusalém, o direito de voltar a rezar junto ao Muro das Lamentações e à tumba dos patriarcas, o retorno às bíblicas Judéia e Samaria, a aquisição de uma profundidade estratégica, sonhada mas nunca seriamente contemplada.

Para outros as conquistas militares passaram a representar um pesadelo demográfico e um peso administrativo, uma penosa ocupação que impediria Israel de concentrar-se em seus verdadeiros problemas, transformando os judeus em algozes da população palestina nos territórios ocupados. Provocou ainda a uma mudança na doutrina militar israelense, estabelecendo linhas de defesa estáticas e um relaxamento que culminaria na surpresa dos ataques de outubro de 1973.

E para grande parte dos palestinos a vitória israelense representou uma segunda catástrofe (“Al Nakba”), uma repetição dos infortúnios de 1948 e a ampliação do número de refugiados gerados naquele ano, mas também o embrião que levaria ao re-surgimento do nacionalismo palestino, por décadas sufocado por jordanianos e egípcios.

A Guerra dos Seis Dias, como veio a ser conhecida, representa apenas um elo, ainda que dos mais importantes, de uma longa seqüência de eventos iniciada com as primeiras imigrações de judeus da Europa Oriental e a saída dos primeiros habitantes judeus de Jerusalém que decidiram estabelecer-se fora das muralhas da cidade velha, na segunda metade do século XIX. A partir desse momento, palestinos árabes e cristãos por um lado, e judeus por outro, trilharam caminhos às vezes paralelos, mas freqüentemente em rota de colisão. Ambos os povos cortejaram o sultão otomano até a Primeira Guerra Mundial e viveram as dúvidas geradas pelos alinhamentos durante a guerra. E ambos compartilharam a frustração com a ‘traição’ representada pelo acordo Sykes-Picot, que dividiu a região entre franceses e ingleses ao final da guerra, com o estabelecimento

dos mandatos pelas duas potências. As relações somente se complicaram no período entre-guerras, com as acusações e a violência intensificando-se de lado a lado até que a rebelião árabe de 1936 levaria ao exílio da liderança palestina e a ameaça alemã na Segunda Grande Guerra levaria à publicação do Livro Branco, restringindo severamente a imigração judaica no momento em que se fechavam as portas de praticamente todas as nações do mundo.

Não se discute o fato de o Holocausto ter representado um fator de enorme peso na decisão que levou à criação do estado de Israel. Seja por questões humanitárias, seja para eliminar o incomodo problema gerado por centenas de sobreviventes judeus apátridas vagando no centro da Europa, as Nações Unidas com o apoio das duas novas grandes potências decidiram pela divisão do território conhecido como Palestina e criação de dois estados independentes, um judeu e um palestino. Os palestinos e os países árabes vizinhos, por diversos motivos, decidiram rejeitar a partilha e, após a retirada dos ingleses em maio de 1948 e a declaração de independência de Israel iniciaram uma guerra cujas conseqüências se fariam sentir durante as décadas seguintes.

Os armistícios de 1949 deixaram abertas feridas que, como um câncer, se alastrariam ao longo dos vinte anos seguintes. O problema dos refugiados palestinos se transformou em um bola de neve, tornando-se a chave da questão para a solução do conflito israelo-palestino nos dias de hoje, mas a ocupação dos territórios, da Margem Ocidental por parte da Trans-Jordânia e da Faixa de Gaza por parte do Egito, congelou as aspirações nacionalistas palestinas, que talvez não tivessem sido reacendidas não fossem os eventos de 1967.

Ao longo da década seguinte, apesar de as infiltrações de refugiados e guerrilheiros “fedayeen” ao longo das porosas fronteiras do novo estado, os principais confrontos travaram-se entre o exército israelense e as forças regulares de seus vizinhos. As retaliações às incursões no território israelense eram quase sempre dirigidas contra os exércitos da Jordânia (o nome adotado pelo reino Hachemita após a incorporação da Cisjordânia), das forças egípcias na Faixa de Gaza e da Síria nas Colinas de Golan. Em situações específicas, grandes ações foram deflagradas contra núcleos de população civil, principalmente na Cisjordânia, dos quais partiam os guerrilheiros para ataques ao território israelense.

A Guerra de Suez de 1956 determinaria as condições para a eclosão do conflito em 1967. A desmilitarização da Península do Sinai e a recomposição da forças armadas egípcias foram acompanhados de um sentimento de frustração, da introdução do componente soviético no Oriente Médio, e dos efeitos do pan-arabismo, todos temas extremamente importantes, mas cuja abordagem extrapola os limites deste artigo.

Em junho de 1967 as fronteiras israelenses mantinham-se em ebulição, com exceção justamente da fronteira com o Egito, onde uma força dos Capacetes Azuis das Nações Unidas mantinha a trégua desde a retirada das tropas israelenses do Sinai. Mas no norte, as tentativas sírias de desviar as nascentes do rio Jordão, e as disputas em torno do cultivo por parte de Israel das áreas desmilitarizadas ao longo da fronteira, mantinham alta a temperatura e já não se podia determinar o que era provocação e o que era retaliação. Quase diariamente os dois países se enfrentavam, fazendo as manchetes dos jornais de todo o mundo. Na longa e indefensável fronteira entre Israel e a Jordânia, apesar dos velados interesses comuns do rei Hussein e do governo israelense, a escalada de infiltrações e retaliações fazia parte da dinâmica do mundo árabe, o que contribuiu para envolver a Jordânia na guerra.

Os fatos envolvendo o confronto e suas causas são amplamente conhecidos. O Secretário de Estado norte-americano à época, Dean Rusk, descreveu com precisão a atmosfera às vésperas da Guerra. Segundo ele, a psicologia árabe da Guerra Santa havia colidido com a psicologia apocalíptica de um estado israelense, temeroso por sua sobrevivência. Por um lado havia uma ampla coincidência

da opinião pública do mundo árabe, insuflada por suas lideranças que preconizavam a destruição do estado de Israel e o lançamento dos judeus ao mar. Israel representava para os árabes o Ocidente e 300 anos de humilhação, frustração e ressentimento. E aqueles judeus, que sempre tiveram um *status* inferior nas sociedades árabes, foram massacrados pelos europeus ao longo dos séculos e quase aniquilados pelos nazistas, haviam surgido das cinzas para instalar-se no seio do mundo árabe e derrotar seus vizinhos ao longo dos últimos vinte anos. Este erro seria agora corrigido.

Do lado israelense, conviviam duas percepções: por um lado a fragilidade e vulnerabilidade, herança dos *pogroms* e do Holocausto, por outro a mentalidade criada pela nova geração, nascida e educada em Israel, que estabeleceu as brigadas combatentes, os núcleos das forças armadas israelenses e as unidades especiais tão bem sucedidas ao longo dos anos anteriores.

Na escalada que leva ao início das hostilidades, nas escaramuças entre sírios e israelenses a força aérea israelense derruba seis dois mais modernos aviões russos fornecidos à Síria. O envolvimento das super-potências tem de ser visto à luz dos alinhamentos da Guerra Fria; os Estados Unidos estavam cada vez mais atolados no Vietnã e a União Soviética ampliava sua penetração juntos aos estados árabes radicais. A derrubada de aviões soviéticos pelos caças israelenses fornecidos pela França representava uma afronta ao prestígio russo e estes revidaram insuflando os ânimos e falsamente alertando os sírios para uma planejada invasão israelense. Nasser foi compelido a apoiar os sírios e “deixar de se esconder por trás das tropas da ONU”. Em poucos dias as forças de paz das Nações Unidas abandonaram suas posições no Sinai e na Faixa de Gaza, colocando 100.000 tropas egípcias e mil tanques na fronteira sul de Israel. Em 17 de maio o estreito de Tiran foi fechado à navegação israelense, bloqueando o porto de Eilat e o acesso ao petróleo iraniano. Menos de três décadas após a capitulação de Munique um ditador enfrentava uma organização internacional, revertia os acordos selados ao final do conflito anterior, e o mundo não reagia. A resposta israelense foi devastadora. Em um ataque preventivo lançado contra os campos de aviação egípcios, a quase totalidade dos aviões foi destruída no solo, eliminando sua capacidade de proteger as forças terrestres no Sinai. Estas foram destruídas pelos israelenses em poucos dias, estabelecendo ao longo do Canal de Suez a nova fronteira que vigorou até a guerra de outubro de 1973.

A Jordânia se envolveu na guerra por razões completamente diferentes: o rei Hussein mantinha uma relação ambígua com Israel, mas temia ser visto como traidor da causa árabe. Colocou suas forças sob o comando de um general egípcio, envolvendo a Jordânia na guerra logo no primeiro dia. Os israelenses decidiram não repetir a hesitação de 1948; em sangrentas batalhas derrotaram o exército jordaniano que se retirou para o outro lado do rio Jordão, deixando nas mãos dos israelenses uma Jerusalém reunificada (incluído o terceiro lugar mais santo do Islã), as antigas comunidades do bloco de Etzion e Hebron, abandonadas vinte anos antes, e uma população de mais de dois milhões de palestinos.

Na fronteira norte, apesar do constante bombardeio pela artilharia síria, a guerra somente se iniciará no quinto dia; em dois dias de brutais batalhas os israelenses ocupam as colinas de Golan, único território anexado a Israel além da parte leste de Jerusalém.

A Guerra dos Seis Dias transformaria Israel em “fato consumado”; e o Oriente Médio jamais voltaria a ser o mesmo. Os Estados Unidos passaram a considerar Israel como um “ativo estratégico” no Oriente Médio e, ao lado do Irã, parte integrante da Doutrina Nixon¹.

Os líderes árabes descobriram que Israel não poderia ser erradicado pela força das armas, o que abriu a porta para a chamada opção demográfica. Renasce neste momento o conceito do estado binacional, derivado da aspiração do sionismo messiânico de incorporar ao estado israelense as áreas

¹ A nova política de intervenção norte-americana, derivada da guerra do Vietnã, que se apoiava em aliados locais armados pelos Estados Unidos

conquistadas na Cisjordânia. Do lado palestino, a frustração das esperanças depositadas em Nasser leva a uma reformulação de sua liderança. Arafat se firmará em 1968 como líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) que, em 1972, será reconhecida como o legítimo representante do povo palestino. O abandono desta função por parte do rei Hussein será contraposto pela rígida postura de Golda Meir, herdeira política do primeiro ministro Levi Eshkol, que negava a existência de um “povo palestino”.

Quarenta anos é um longo período, simbolizado na Bíblia pelo tempo passado no deserto, da saída do Egito até a formação de uma nova geração. Que lições foram aprendidas ao longo deste período?

A guerra de outubro de 1973, também conhecida como “Guerra do Yom Kippur” foi necessária para convencer os israelenses de que Nietzsche² tinha razão quando, após a vitória alemã na guerra franco-prussiana, alertou seus compatriotas dizendo que “a vitória militar não constitui prova de superioridade cultural”. Após 1967 os israelenses se agarraram a seus louros, fortificaram suas linhas de frente e entrincheiraram-se em uma nova “Linha Maginot”, somente para sucumbir às levadas de sírios e egípcios no ataque surpresa que iniciou a guerra. A mudança de doutrina estratégica, causada também pelo enorme aumento de suas linhas de suprimento, foi acompanhada da necessidade de continuar uma guerra assimétrica, de atrito, contra as forças da OLP que a partir da Jordânia se infiltravam nos territórios ocupados.

Quase que imediatamente iniciou-se a discussão em relação ao destino dos territórios; os radicais, apoiados por uma crescente parcela de elementos religiosos que viam na vitória um milagre divino, não hesitavam em propor a anexação da Cisjordânia e, em alguns casos a expulsão de seus habitantes. Uma população palestina conformada com sua sorte, uma Jordânia imersa em seus próprios problemas e o surgimento de um forte movimento pela colonização, baseado nos “ideais messiânicos de redenção”³ levou à criação dos assentamentos, ao plano Allon e o conceito da retenção do Vale do Jordão, aprofundados após a eleição do Likud em 1977. Do outro lado colocaram-se líderes como o moderado Levi Eshkol e David Ben Gurion que reconheceram desde o início a impossibilidade de manter um estado judaico democrático incorporando aquela população hostil.

Hoje, passados quarenta anos e outras quatro guerras,⁴ uma rápida olhada no mapa mostra um Golan ocupado e que assim continuará enquanto os sírios não derem sinais de que estão dispostos a uma acomodação de longo prazo (ainda que o aprofundamento da ligação Irã – Síria – Hizballah possa estimular os sírios a lançarem-se em uma aventura bélica de trágicas conseqüências). A Faixa de Gaza, apesar de abandonada por Israel, tornou-se um ninho de terrorismo suicida e lançamento de foguetes, que por hora somente tem sido neutralizado pela artilharia israelense e pela disputa entre o Hamas e o Fatah por seu controle. E na Cisjordânia, além da construção da barreira de separação, consolida-se a anexação da parte leste de Jerusalém através dos novos bairros construídos a partir de 1967. Mas assim como Yamit foi abandonada em 1982, para atender aos acordos de Camp David, não podemos descartar o abandono de cidades como Ariel e Maale Adumim, apesar das dezenas de milhares de israelenses que hoje lá habitam.

Em algum momento assumirá uma liderança palestina pragmática que optará pelo mesmo critério assumido por Ben Gurion em 1947: o de aceitar aquilo que podia ser conseguido, ainda que com o objetivo de mudar o mapa por outros meios no futuro. Caberá então ao governo israelense assumir o risco de acomodar-se ao lado de um vizinho independente e irredentista (e ter seu líder assassinado por radicais judeus, como no caso de Itzhak Rabin), ou perpetuar uma relação de conquista que

² F. Nietzsche, *The Twilight of the Idols* (Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 1968)

³ A. Ravitzky, *Messianism, Zionism, and Jewish Religious Radicalism* (Chicago, The University of Chicago Press, 1996)

⁴ A Guerra de Atrito de 1970, do Yom Kippur em 1973, a primeira Guerra do Líbano de 1982 e a segunda, em 2006

talvez venha a tornar-se intolerável. Talvez sejam necessários outros quarenta, ou oitenta anos para que a face da região se transforme de maneira definitiva.

Os eventos do último ano não nos permitem avaliar as possibilidades de uma solução à vista. Em julho de 2007, completou-se um ano da Guerra no Líbano, em que as forças israelenses foram incapazes de derrotar a guerrilha do Hizballah e cinco anos da data em que os Estados Unidos declararam seu apoio formal à criação de um estado palestino, democrático e independente. Entretanto, durante estes anos, apesar da liderança palestina por um moderado aceite tanto por Israel quanto pelos Estados Unidos, e da retirada israelense da Faixa de Gaza, as perspectivas de paz e para o estabelecimento de um estado palestino nunca foram mais pessimistas. O que torna extremamente complicada a evolução das negociações entre Israel e seu principal adversário é a substituição, na Faixa de Gaza, do governo do Fatah, liderado por Mahmoud Abbas (herdeiro político de Arafat) pela liderança do Hamas, que tomou o poder pela força no território, mas não sem antes ter vencido as eleições legislativas de janeiro de 2006 que colocaram a Autoridade Palestina na condição de pária frente às potências ocidentais.

A questão que se coloca agora é se ainda será possível resgatar a causa palestina das garras das facções islâmicas que ameaçam transformar o conflito laico e nacional em um confronto que opõe a Israel um mosaico de organizações que rejeitam a sua existência e utilizam o terrorismo suicida e o lançamento indiscriminado de foguetes como suas armas principais.

O mais novo elemento introduzido nesta fórmula é Tony Blair, ex-primeiro ministro britânico que, como representante do Quarteto, acredita poder fazer avançar as negociações. Mas tampouco houve mudança alguma nas posições dos membros do Quarteto; as relações entre Rússia e Estados Unidos continuam tensas e concentradas nas questões centro-europeias, e a França, apesar da eleição de Sarkozy continua próxima do Irã. E a ONU demonstra, no sul do Líbano, sua incapacidade de fazer qualquer diferença com suas intervenções na região.

Apesar dos resultados adversos do estímulo norte-americano para a realização de eleições livres no Oriente Médio (maioria xiita no Iraque, eleição do Hamas na Palestina, fortalecimento da Irmandade Muçulmana no Egito), o governo de George W. Bush continua a apostar no presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, como solução para a retomada das negociações entre israelenses e palestinos.

Desde 2002, ainda com Ariel Sharon à frente do governo israelense, a mediação norte-americana tem-se baseado na oferta de incentivo econômico, como forma de fortalecer a liderança do Fatah frente a seus rivais islâmicos. O sistema, que havia funcionado no passado levando à assinatura de acordos de paz entre Israel e o Egito e, mais tarde, entre Israel e a Jordânia, mostrou-se esgotado.

Mahmoud Abbas recebeu o apoio de Israel e dos EUA quando foi eleito em 2005 pouco depois da morte de Yasser Arafat. As demandas palestinas por negociações sobre os temas que sempre travaram a pauta – definição das fronteiras, de Jerusalém e do retorno dos refugiados – vieram acompanhadas de uma proposta de cessar-fogo que incluía o Hamas, permitindo entretanto a participação do grupo islâmico nas eleições legislativas sem que este aceitasse os acordos de Oslo. Aos palestinos foi prometido autoridade, imposição da lei e o monopólio da força. Ao longo dos meses seguintes, o governo de Sharon implementou a tão controversa retirada da Faixa de Gaza, que aos palestinos foi apresentada como resultado das ações dos radicais, como havia sido a retirada das forças israelenses do sul do Líbano no ano 2000.

O resultado foi uma vitória retumbante do Hamas nas eleições e a formação de um novo governo que excluía o Fatah. A percepção de corrupção da liderança, aliada a um crescente envolvimento do Hamas na vida cotidiana dos palestinos, levou a uma mudança de governo que impediu, desde sua instalação, o funcionamento das instituições palestinas. Os palestinos haviam optado por uma contradição, mantendo na presidência um líder que reconhecia Israel, pregava a renúncia da violência e apoiava os acordos de Oslo, e pelo governo por um partido que rejeitava os acordos, e buscava a destruição de Israel através do terrorismo.

A partir do momento em que o Hamas passou a administrar os territórios foram bloqueados tanto o apoio internacional, cujos recursos são imprescindíveis para a economia palestina, quanto o repasse por parte dos israelenses dos impostos por estes arrecadados. Iniciava-se a primeira etapa de estrangulamento do governo eleito pelos palestinos, numa tentativa de tornar sua vida tão inviável que qualquer alternativa seria preferível.

Quase que simultaneamente o governo israelense perdia seu líder, incapacitado por um derrame, após formar um novo partido e anunciar eleições com uma plataforma que previa reproduzir, em amplas áreas da Cisjordânia, a retirada realizada em Gaza. A ausência de Sharon, entretanto, comprometeria a continuação de seus planos. Seu sucessor não possui nem o carisma nem a experiência necessárias para que o eleitor israelense se sinta seguro com as indecisões que o futuro apresenta.

Apesar das restrições econômicas impostas ao novo governo palestino, através da porosa fronteira entre a Faixa de Gaza e o Egito continuaram a fluir armas e dinheiro, que financiaram as forças de segurança do Hamas, preparando-as para um completo domínio da região.

Esta estratégia de atrito talvez tivesse funcionado se o Hamas não tivesse retomado a iniciativa, atacando um posto militar israelense e seqüestrando um soldado em junho de 2006; e em julho, apesar dos repetidos alertas, forças do Hizballah repetiram a ação na fronteira do Líbano, seqüestraram mais dois soldados transferindo para o norte o eixo do confronto. As cartas passaram então a ser dadas por Khaled Meshal, líder da facção radical do Hamas, estabelecido em Damasco e vinculado ao Hizballah, à Síria e ao Irã.

A violenta resposta dos israelenses, com uma ação de grandes proporções, levou os Estados Unidos e seus aliados na região (especialmente Egito e Arábia Saudita) a anteciparem uma rápida vitória sobre o Hizballah e, relativamente, pouca repercussão. O maior benefício seria a eliminação de um aliado da Síria e do Irã e a lição de que não é proveitoso o apoio dos países radicais. Mas a ação israelense, baseada no poderio aéreo, mostrou-se inadequada; após um mês de pesados bombardeios as forças xiitas continuavam resistindo a um custo cada vez mais alto para as populações civis de ambos os lados. E, na Faixa de Gaza, o Hamas replicava a ação com terroristas inseridos no seio da população civil, lançando foguetes contra as cidades israelenses.

A frustração com a incapacidade de Israel de controlar os dois grupos islâmicos levou a Arábia Saudita a envolver-se, buscando o afastamento do Hamas de seus aliados radicais. A convite do Rei Abdullah reuniram-se, em fevereiro de 2007 em Riad, Khaled Meshal e Ismail Haniyeh, líderes do Hamas, e Mahmoud Abbas líder do Fatah. Em troca de uma contribuição de um bilhão de dólares as partes se comprometeriam a compartilhar o poder e o Hamas a “respeitar os acordos firmados pela Autoridade Palestina”. Os chamados “acordos de Meca” produziram uma breve pausa nos confrontos entre as forças do Hamas e do Fatah, que vinham se enfrentando na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

O Hamas, aproveitando-se da indecisão do Fatah, ocupou o vácuo criado pela retirada dos assentamentos e tropas israelenses da Faixa de Gaza e, em cinco dias de intensa, luta eliminou as forças de segurança rivais da área que há muito vinha dominando.

A partir do controle total da Faixa de Gaza pelo Hamas a população palestina passou a ser governada por duas entidades, uma nacionalista, outra islâmica. A exemplo do que ocorreu com os Talebans no Afeganistão, não deve demorar para que sejam eliminadas as lutas entre diferentes facções, o equilíbrio de forças e a corrupção tão característicos da administração do Fatah. Com a

melhora do nível de segurança, a administração de Mahmoud Abbas terá como desafio apresentar uma melhora nas condições de vida da população que compense a estabilidade adquirida pelos habitantes da Faixa de Gaza. Por outro lado, é pouco provável que a imposição da ordem pelo Hamas deixe de ser acompanhada de rígidas normas islâmicas. Incluindo, quase que certamente a declaração de uma “guerra santa” contra os infiéis, entre os quais também se inclui agora o Fatah.

Os palestinos terão que acreditar que não mais se vêm diante da escolha entre a ordem e o caos, ou a corrupção e a honestidade, mas sim entre o islamismo e a democracia, e que o Fatah representa a promessa democrática.

Os Estados Unidos e Israel tem-se empenhado em respaldar o frágil governo (por muitos visto como ilegítimo) formado por Mahmoud Abbas, à revelia da liderança eleita do Hamas. Centenas de prisioneiros foram libertados, recursos foram canalizados para pagar as forças de segurança ligadas ao Fatah, e armas fornecidas para impedir que na Cisjordânia ocorra o mesmo que na Faixa de Gaza. Os críticos do lado israelense dizem que não é a primeira vez que os israelenses transferem armamento aos palestinos, que depois o utilizam para enfrentar suas tropas. Muito mais pode ser feito para facilitar a vida dos palestinos na Cisjordânia, aumentando a popularidade do governo Abbas. Podem ser aliviados os enormes desvios causados pelo bloqueio das estradas e pelos postos de controle (*checkpoints*) impostos pelos israelenses, assim como limitações às construções de novas casas, e a flexibilização dos critérios para moradia nos mais diversos centros urbanos. Podem também ser renovadas as licenças para que trabalhadores palestinos voltem ao mercado israelense, seja em jornadas diárias ou com permissão para pernoitarem em território israelense; por muitos anos esta foi a maior fonte de ingresso nos territórios ocupados.

Em paralelo tem de consolidar-se um governo palestino disposto a engajar-se em negociações que não imponham como condição nem o retorno dos refugiados palestinos e seus descendentes à Palestina histórica (a área delimitada pela chamada Linha Verde, que correspondem às fronteiras existente em 1967), nem o abandono por parte de Israel da totalidade da parte leste de Jerusalém.

Os principais obstáculos para uma futura negociação continuam representados pela indefinição dos termos adotados. Assim, tanto “o direito a fronteiras seguras e defensáveis” quanto “um estado viável e contíguo”, ou “fronteiras que refletem realidades atuais e ajustes mutuamente acordados”, são termos que, enquanto deixam em aberto a possibilidade de um acordo, aumentam a percepção de ausência de um terreno comum entre as partes.

Após anos de confronto direto e a atual situação em Gaza, a liderança israelense certamente não partirá da oferta feita pelo primeiro ministro Ehud Barak a Yasser Arafat em 2000. E uma negociação baseada na percepção das piores conseqüências dos recentes acontecimentos, certamente não traria resultados de longo prazo.

Tanto o primeiro ministro israelense, Ehud Olmert, quanto o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas são considerados líderes fracos, obrigados a despender grande parte de seu capital político somente para defender-se das acusações de haver falhado em momentos decisivos (a guerra no Líbano no caso de Israel, a perda de Gaza para o Hamas, no caso de Abbas).

Mas ambos também compartilham, talvez pela primeira vez, os problemas em comum representados pela ameaça islamista. Um isolamento total da Faixa de Gaza pode ser a forma de demonstrar aos palestinos a inconveniência de apoiar as ações dos grupos extremistas. Mas colocar o Hamas “contra a parede” pode também levar a uma retomada dos ataques contra Israel e mesmo contra as instituições palestinas na Cisjordânia. No curto prazo, pode ser interessante para ambos os lados que se mantenha a calma. Mas, assim como em tréguas anteriores, a reposição das forças por

ambas as partes permite uma retomada do conflito com intensidade ainda maior. Foi o que aconteceu no Líbano, em julho de 2006, após vários anos de calmaria.

Voltamos então à questão original; assumindo-se que o objetivo de ambas as partes seja obter um acordo que lhes permita a convivência pacífica, a iniciativa parece estar nas mãos de Israel, já que Mahmoud Abbas, no momento, luta por sua sobrevivência política e o Hamas não indica qualquer intenção de mudar sua postura em relação ao reconhecimento do estado israelense (ainda que todos reconheçam que o Hamas mantém relativamente constante o discurso de que pode aceitar a existência de Israel sem abrir mão, jamais, do território da Palestina, sagrado para o Islã). Mesmo apresentando uma face conciliatória, o Hamas pode desestabilizar a aproximação entre Israel e o Fatah organizando atentados contra Israel a partir da Cisjordânia. A possível dificuldade em identificar os perpetradores poderia provocar uma violenta reação israelense, revertendo todas as medidas tomadas para apaziguar a população palestina e fortalecer a liderança de Abbas. A liderança israelense será pressionada pelos setores mais pacifistas da sociedade a aceitar a trégua do Hamas e transformá-la em uma abertura que permita retomar as negociações, mesmo sem um prévio reconhecimento de Israel pelo Hamas. Os adeptos desta linha acreditam que através da cooperação (que em certa medida é inevitável dada a dependência de Gaza da infra-estrutura israelense) será possível trazer o Hamas à mesa de negociações diminuindo também a distância que os separa do Fatah. Obviamente a opção por esta alternativa também poderia enfraquecer o governo de Abbas, já que haveria uma melhora significativa da condição de vida da população governada pelo Hamas, e o apoio israelense poderia ser visto como um prêmio pela não utilização da violência, um “pagamento de proteção” aos terroristas. Os que se opõem a esta aproximação argumentam que a ausência de pressão sobre o Hamas lhes permitiria consolidar seu controle sobre a população e o território, já que a vitória em Gaza nada mais é do que a derrota da facção política para a facção militar do Hamas. E estes certamente retomarão a violência no momento em que lhes parecer mais conveniente.

Em resumo, apesar das várias possibilidades hipotéticas para uma próxima rodada, as opções realmente viáveis são poucas. O resultado da ação israelense no Líbano no ano passado e a continuidade no lançamento de foguetes a partir da Faixa de Gaza demonstram que é pequena a probabilidade de sucesso de uma ação em larga escala por parte das forças armadas israelenses. O envio de uma força internacional, como foi cogitado, terá pouco apoio já que não existe hoje conflito na Faixa de Gaza após a consolidação do poder do Hamas, e nem Israel nem o Egito aceitariam tais forças de seus lados da fronteira. A calmaria tende a se estender então, até que um dos lados decida que não lhe interessa o *status quo*, ou até que um dos lados se veja fortalecido o bastante para tentar uma mudança significativa.

Tais pensamentos nos levam à Síria, outro elemento fundamental que influencia tanto as relações entre Israel e os palestinos, quanto as relações entre Israel e o Líbano. Dos países que participaram da Guerra dos Seis Dias, Israel e Síria são os únicos que permanecem em estado de beligerância. E as Colinas de Golan são o único território em disputa entre Israel e qualquer de seus vizinhos soberanos (assumimos aqui a inclusão no Golan das chamadas Fazendas de Sheeba)⁵. Outra característica importante que marca esta disputa é o fato de o território ter sido o único formalmente anexado por Israel, além de Jerusalém, apesar de seu quase nulo valor histórico e de ter sido esparsamente povoado, por relativamente poucos colonos (quando comparados com as dezenas de milhares da Cisjordânia).

As relações entre Israel e a Síria alternam-se continuamente entre negociações infrutíferas e uma situação de quase beligerância. Ao longo dos últimos quinze anos houve significativas mudanças no

⁵ O pequeno território está localizado na fronteira da Síria com o Líbano e a controvérsia se estende desde a criação do Líbano como estado independente no início do século passado

cenário regional, que afetaram as relações entre os dois países e a importância estratégica do território em disputa.

Desde os tempos em que os sírios bombardeavam os *kibutzim* israelenses das alturas do Golan, modificou-se significativamente a postura estratégica na região. Hoje, a maioria dos estrategistas militares acredita que uma ampla zona desmilitarizada e monitorada, como a estabelecida no Sinai quando dos acordos de paz de Camp David, representaria uma melhor garantia aos israelenses que a ocupação hoje existente.

A capital Síria continuaria vulnerável à força aérea israelense e um eventual ataque de blindados sírios teria de avançar através de um amplo platô antes de enfrentar brutal desnível em terreno inóspito.

A opinião pública israelense também tem-se posicionado de forma ambígua em relação às negociações com os sírios. Após vários anos de negociações fracassadas, durante a guerra contra o Hizballah houve enormes pressões sobre o governo para estender os ataques à Síria, vista como o elemento que permitia o fortalecimento dos xiitas através do acesso a recursos e armas iranianos. E aos Estados Unidos não interessava que um regime hostil, que permitia também na sua fronteira com o Iraque o livre trânsito de insurgentes, se aproximasse de um de seus principais aliados na região. Os sírios sempre foram vistos pelos israelenses como seus mais cruéis inimigos, mas desde o cessar-fogo que se seguiu à guerra de 1973 não houve incidentes ao longo da fronteira (ainda que os israelenses tenham realizado bombardeios aéreos aos subúrbios de Damasco, atacando supostas bases de organizações terroristas). A região do Golan foi praticamente despovoada após 1967, quando a população nativa abandonou o terreno da batalha e os israelenses não permitiram seu retorno. Assim, ao contrário da Cisjordânia onde milhões de habitantes tem de ser separados por muros e cercas, e rodovias tem de ser construídas e controladas através de barreiras para permitir a conexão segura entre os vários assentamentos lá construídos, no Golan aproximadamente 18.000 colonos ocupam a maior parte do território, criando gado, produzindo vinho e maçãs.

O presidente Sírio tem insistido numa retomada das negociações, ciente de que a recuperação do território representa um enorme trunfo para sua popularidade. Há portanto, de ambos os lados, incentivos e empecilhos para uma aproximação. E ambos estão sujeitos às pressões regionais, derivadas da campanha norte-americana no Iraque e da crescente beligerância iraniana. Com a crescente tensão dividindo xiitas e sunitas no Iraque, Israel tende a se aproximar do campo sunita em oposição ao grupo liderado pelo Irã, no qual a Síria está firmemente engajada. E tanto a Jordânia quanto a Arábia Saudita estão envolvidas em esforços para solucionar o problema palestino, não para livrar a Síria da potencial ameaça israelense que, bem ou mal, representa uma limitação à capacidade de atuação da Síria na região.

A não retomada de negociações pode ser conveniente a Israel no curto prazo, especialmente enquanto esta for a posição dos Estados Unidos. Mas, assim como a inércia do início da década de 1970 levou à guerra de outubro de 1973, sempre existe o risco de a liderança síria considerar um ataque surpresa como a melhor forma de romper o impasse. Ou, como lição da última guerra, aproveitar o aumento da população civil do lado sírio da fronteira para promover ataques de “grupos de libertação nacional”, que antes e depois se refugiam no seio desta população. É exatamente esta situação que temem os militares e oficiais da inteligência israelense, que reconhecem estar frente a um inimigo de posse de um amplo arsenal químico e foguetes de alcance que o Hizballah não possuía.

O Irã é o outro elemento fundamental para entender o atual equilíbrio de forças na região. Há quarenta anos, e até 1979, o Irã representava não somente um dos principais aliados norte-americanos na região, mas era também o maior aliado israelense. Fornecia a Israel a totalidade do petróleo consumido no país e sonogado pela vizinha Arábia Saudita e compartilhava com as forças israelenses de segurança informações e tecnologia vitais aos dois países. Há quase trinta anos, desde a revolução que derrubou o Xá e colocou no poder os clérigos fundamentalistas liderados pelo Aiatolá Khomeini, o Irã vem sendo associado ao campo radical xiita o que torna simples esquecer que antes disso era classificado não como país muçulmano mas como país não árabe, rival histórico

dos povos árabes da região; Israel e Irã eram vistos pelos árabes como “aberrações” da periferia. Hoje os países de maioria sunita se vêem ameaçados, assim como Israel pelo que se tornou conhecido como o arco xiita, no qual os iranianos apóiam as populações xiitas da região, estendendo sua influencia através do Iraque até o sul do Líbano e influenciando, como radicais islâmicos, também o movimento Hamas (cujos líderes e membros são sunitas) na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

A influencia do Irã nos acontecimentos do Líbano não pode ser menosprezada; o Hizballah foi criado pelo Irã em 1982 após a invasão israelense, no que é muitas vezes entendido como uma etapa do conflito entre o Ocidente judaico-cristão e o Islã. A organização xiita pode ser hoje considerada como o mais bem sucedido sub-produto da revolução iraniana e a força que melhor representa as demandas xiitas por reconhecimento em um mundo árabe dominado pelos sunitas. Ao longo dos últimos anos, vários elementos aumentaram o espaço de manobra do Irã na região: a retirada do exercito israelense e de seus aliados cristãos do sul do Líbano no ano 2000, a retirada das forças sírias do Líbano após o assassinato de Hariri, a fragilidade do governo de Bashar Asad na Síria e de seguidos governos libaneses.

Assim, o Hizballah é visto pelos iranianos como um elemento de dissuasão frente a Israel e a ameaça de um ataque contra as instalações nucleares iranianas. Também no nível do conflito israelo-palestino, a influência iraniana tem-se feito sentir. A ascensão do Hamas, e seu conseqüente isolamento e dependência financeira, ofereceram ao Irã uma oportunidade de ouro para apoiá-los, aumentar sua influência junto a eles. O líder do Hamas na Faixa de Gaza, ismail Haniyeh chegou a declarar que o Irã representa a “profundidade estratégica” dos Palestinos.

Mas nem tudo beneficia a posição do Irã no longo prazo. O desafio à comunidade internacional gerou uma ampla frente de oposição, que incluiu recentemente a maior parte dos países europeus que costumavam se opor às posturas beligerantes dos Estados Unidos. E as evidências de interferência iraniana no Iraque, no Líbano, na Palestina e no Afeganistão, aliados à expectativa de aquisição de poderio nuclear tem preocupado os países árabes moderados, ameaçados por revoltas de minorias xiitas ou grupos subversivos apoiados pelo Irã. Se estes se engajarem ativamente, em conjunto com os Estados Unidos e a União Européia, o resultado pode ser um isolamento como o Irã não sofreu desde a década que se seguiu à revolução. Finalmente, a questão nuclear. Tem havido amplos debates entre os especialistas, sobre a capacidade e a conveniência de atacar os centros nucleares do Irã. A capacidade sem duvida existe; os israelenses tem bombardeiros equipados com tanques externos capazes de atingir os alvos mais importantes e retornar à base. A liberação do espaço aéreo iraquiano encurtou o trajeto e aumentou a segurança nos momentos finais da aproximação. E os Estados Unidos poderiam utilizar a sua frota de bombardeiros B2, capazes de transportar bombas de várias toneladas, que penetrariam nas instalações mais profundas causando danos que levariam anos, senão décadas, para serem reparados. É bom lembrar que o programa nuclear do Iraque nunca se recuperou do ataque israelense ao reator de Osirak. O risco envolvido em uma ação como esta é o de aglutinar o mundo muçulmano em torno do Irã (como aconteceu com o Hizballah na guerra de julho de 2006, após breve período de apoio à ação israelense) e de reforçar a convicção iraniana da necessidade de produzir armas nucleares e garantir uma capacidade de retaliação.

Não existe hoje no Golfo Pérsico adversário local à altura do Irã e este tem rapidamente explorado todas as oportunidades que se apresentaram, seja no Iraque, no Afeganistão após a derrota de seus adversários do Taleban, no Líbano e na Palestina. Talvez a necessidade de estabilizar o Iraque seja hoje o maior incentivo para uma moderação norte-americana em relação ao Irã; os dois países coincidem em seu interesse de evitar a fragmentação do país, interesse ao qual se une a Turquia, preocupada com os curdos e a Arábia Saudita, a quem não interessa um estado xiita em sua fronteira. E o mercado internacional de petróleo parece firme o suficiente para garantir que abundantes recursos continuarão fluindo para os cofres dos aiatolás.

Podemos concluir em um clima pessimista; os iranianos continuarão com seu programa nuclear e sua capacidade de desestabilizar grande parte do Oriente Médio, israelenses e palestinos, com

lideranças frágeis e constantemente contestadas, não tem razões internas ou externas para avançar em suas negociações, a não ser no que se refere a melhorias pontuais e de curto prazo; e o Líbano parece cada vez mais próximo de uma violenta crise interna.